

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRA RAZÃO :

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PARANÁ – DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU-PR

Referência:

Pregão Eletrônico nº 001/2022

Processo: 08389001400202170

Recorrente: EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA

Recorrida: IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA

Objeto: escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços continuados de vigilância armada patrimonial, para a Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu, incluindo suas unidades descentralizadas em Foz do Iguaçu, Guairá e Cascavel - PR, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva

A empresa IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 07.394.613/0001-08, com endereço na Rua Maximino Tosi, nº 419, Jd. Festugato, na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, e endereço eletrônico [licitacoes@iguasseg.com.br](mailto:licitacoes@iguasseg.com.br), onde deverão ser encaminhadas todas as intimações, vem, perante Vossa Senhoria, nos termos do art. 4º, XVIII, parte final, da lei 10.520/02 apresentar:

#### CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto pela empresa EQUIP SEG INTELIGÊNCIA EM SEGURANÇA LTDA, ora Recorrente, em razão da formação do preço na etapa aberta de lances, o que, em tese, retirou indevidamente seu direito em apresentar lance na etapa fechada da disputa, o que faz com base no adiante fundamentado.

#### 1. DA TEMPESTIVIDADE

Sem quaisquer delongas, o prazo consignado no sistema para apresentação das razões recursais está de acordo com a legislação vigente, restando marcado para dia 12/07/2022 o último dia de prazo. Em assim sendo, tempestiva, portanto, a apresentação da presente peça.

#### 2. DOS FATOS

O presente certame, já anteriormente identificado em epígrafe, tinha data para abertura das propostas em 22/06/2022 e início da sessão de disputa, o qual assim ocorreu, havendo a abertura das propostas para análise e classificação no mesmo dia.

Após a fase da disputa, a pregoeira procedeu com a convocação da empresa melhor classificada, a qual veio a ser desclassificada ao ser constatado que deu um lance inexecutável em um dos itens durante a disputa.

Em seguida, a ora recorrida foi convocada para envio da proposta ajustada, ocasião em que cumpriu com todas as diligências solicitadas pela pregoeira e equipe de apoio, vindo a ser habilitada e declarada vencedora do certame em 04/07/2022.

Irresignada com a decisão, a recorrente manifestou intenção de recurso, apresentando regularmente as suas razões recursais dentro do prazo consignado no sistema. Contudo, conforme adiante se demonstrará, as parcas alegações da recorrente não merecem acolhida, devendo ser mantida a correta e irretocável decisão da douta Pregoeira.

É a síntese do necessário.

Assim, contrarrazoa-se o recurso administrativo interposto pelos fundamentos que passa a expor.

### 3. DAS INFUNDADAS RAZÕES DA RECORRENTE

Em apertada síntese, alega a recorrente que foi alijada da oportunidade de participar da etapa fechada de lances por conta do lance inexecutável cotado pela empresa AUXILIAR no item 5, o que teria gerado a distorção do menor preço ao final da etapa aberta de lances e consequentemente influenciou no número de convocadas para a etapa fechada.

Inobstante a recorrente tenha juntado relatório em suas razões, estabelecendo conjecturas de como seria a etapa fechada se a empresa AUXILIAR não tivesse registrado seu lance inexecutável no item 5, ainda assim não há culpa da administração neste fato, e tampouco merece suportar o ônus de repetir todo o processo licitatório, bastante custoso, diga-se de passagem, por causa do erro de apenas uma concorrente.

Anular o presente processo por algo que vai além do controle da administração é um completo absurdo e só dará nova chance para a recorrente que convenientemente se sentiu prejudicada.

Caso a recorrente tivesse ofertado lances mais competitivos, a ponto de se classificar melhor na etapa aberta, podendo dar o lance na etapa fechada, e vencido o certame, certamente não sentiria este prejuízo que alega.

Cabe frisar que a pregoeira bem definiu no chat da sessão, um dia após a disputa, depois de analisar o ocorrido, que não haveria como determinar que o resultado da disputa seria diferente:

"após análise dos valores ofertados pelas empresas durante a fase de lances, não foi possível determinar que o resultado seria diferente caso a empresa tivesse colocado o valor de R\$ 577.000,00 ao invés de R\$ 577,00, para o item 5, tendo em vista que as empresas não são identificadas nessa fase e não há como identificar o valor final ofertado pelas empresas que seriam convocadas para a etapa fechada."

Não há como anular todo o certame por conta de um erro cometido por uma única empresa.

Contudo, não se deve ignorar, que o TCU tem sim indicado que é um DEVER do pregoeiro intervir durante a disputa, MAS QUANDO É POSSÍVEL. Mas nem sempre é possível, como foi o caso, sendo que o lance inexecutável foi dado praticamente no encerramento da etapa aberta.

Na ata, é possível perceber que o encerramento da etapa aberta se deu às 09:29 do dia 22/06/22, enquanto que o lance da empresa AUXILIAR para o item 5 se deu às 09:28:11, do mesmo dia. Ou seja, MENOS DE UM MINUTO ANTES DO ENCERRAMENTO DA ETAPA ABERTA, sendo HUMANAMENTE IMPOSSÍVEL que a pregoeira identificasse o erro a tempo e realizasse a exclusão no sistema durante a etapa aberta.

Ademais, o Acórdão citado pela recorrente, nº 2920/2020-TCU-Plenário, sob a relatoria do Ministro Augusto Sherman, inclusive, contraria as suas pretensões de ver anulado o procedimento desde a fase de lances, com a repetição desta, pois no processo em questão, o TCU se debruçou sobre caso semelhante ao aqui discutido, ocorrido no Pregão Eletrônico nº 65/2020, promovido pela Câmara dos Deputados, onde em verdade o órgão de controle externo reconheceu a RESPONSABILIDADE DA EMPRESA QUE COMETEU O ERRO NO LANCE e DECIDIU PELA NÃO ANULAÇÃO DO CERTAME, CONSIDERANDO QUE NÃO HAVERIA COMO SABER SE AS EMPRESAS QUE EM TESE FORAM PREJUDICADAS, SERIAM OU NÃO CONVOCADAS PARA A ETAPA FECHADA. Não tem como a administração atuar no exercício de "adivinhologia".

Destaca-se da decisão, na íntegra, do presente Acórdão, que embora reconhecido o prejuízo, este não seria suficiente para anulação do certame:

"6. Essa situação afasta os argumentos de que a conduta do pregoeiro foi adequada e de que não houve prejuízos à competitividade. Houve. CONTUDO, NÃO SUFICIENTES PARA QUE ESTA CORTE DETERMINE, POR EXEMPLO, A ANULAÇÃO DO CERTAME. Com efeito, as propostas apresentadas na etapa fechada podem ser consideradas satisfatórias, já que apresentaram bom desconto com relação ao valor estimado (mais de 12%) para um objeto que é bastante competitivo (terceirização de serviços), o que foi evidenciado, UMA VEZ QUE O CERTAME CONTOU COM UM BOM NÚMERO DE EMPRESAS PARTICIPANTES (VINTE DUAS). Por outro lado, NÃO HAVERIA COMO PREVER, POR EXEMPLO, SE O PREÇO OBTIDO PELO OBJETO DO CERTAME SERIA MENOR, CASO A DISPUTA OCORRESSE COM A PRESENÇA DAS OUTRAS EMPRESAS QUE NÃO FORAM PARA A ETAPA FECHADA EM RAZÃO DA PROPOSTA INEXEQUÍVEL REGISTRADA E NÃO DESCLASSIFICADA PELO PREGOEIRO. O ERRO, IMPUTÁVEL ao pregoeiro, PODE SER ENTENDIDO COMO ESCUSÁVEL, TENDO EM CONTA O EFETIVAMENTE OBSERVADO NA LICITAÇÃO, UMA VEZ QUE NÃO HÁ EVIDÊNCIA DE QUE PREÇOS MENORES SERIAM SELECIONADOS, CASO A DINÂMICA DA DISPUTA HOUVESSE SIDO OUTRA, ainda que, de fato, tenha sido reduzida a competitividade do certame"

Ainda concluiu o relator:

Feitas essas considerações, PROPÕE-SE INDEFERIR O PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR, uma vez, ainda que presentes os pressupostos do perigo da demora e da plausibilidade jurídica, essenciais para sua concessão, restou caracterizado o perigo da demora reverso, ALÉM DE NÃO SER POSSÍVEL CONCLUIR QUE HAVERIA PREJUÍZOS EFETIVOS AO INTERESSE PÚBLICO, COM A MANUTENÇÃO DO RESULTADO DO CERTAME, O QUE NÃO AFASTA A NECESSIDADE DE A CÂMARA DOS DEPUTADOS APURAR A CONDUTA DA EMPRESA STILO CONSTRUÇÕES, QUE APRESENTOU MÚLTIPLAS PROPOSTAS INEXEQUÍVEIS.

Importante ressaltar que o item 7.9 e seguintes do Edital, TRAZEM REGRAS BEM CLARAS a respeito do modo da disputa, com as consequentes responsabilidades das licitantes na participação de cada fase.

No caso concreto, como já dito, não resta dúvidas de que a pregoeira zelou pelo cumprimento do princípio da isonomia e outros correlatos com o cuidado objetivo que se pode esperar do servidor público na condução da sessão do pregão eletrônico.

Por outro lado, resta claro que a Recorrente não teve o cuidado objetivo que se espera de empresa com animus de participar efetivamente do certame. Contrário fosse, teria, em observância ao disposto nos itens 7.10 e 7.11 do Edital, mantido seus lances no universo de 10% do melhor lance ofertado (ignorando o valor inexecutável no item 5) ou entre os três lances subsequentes melhores classificados. Isso não ocorreu.

Aliás, parece fácil reivindicar um suposto direito, a despeito de não ter tido o cuidado objetivo necessário na observância das regras do certame, após o fato se consumir. Em verdade, é o mesmo que interpretar os acontecimentos, exclusivamente, sob sua ótica e interesse.

Destaque-se que não encontra nenhum lastro a alegação da recorrente de que o lance inexecutável teria provocado "prejuízo à competição", uma vez que a DISPUTA FOI BASTANTE ACIRRADA na etapa aberta, considerando que de simples leitura da ata, é possível perceber que em TODOS OS ITENS, houveram DOIS OU MAIS LANCES, em cada item, COM APENAS SEGUNDOS DE DIFERENÇA.

Mesmo que alegue a recorrente que no item 5, desconsiderando o lance inexecutável da empresa auxiliar, houve a redução de eventuais 10 possíveis lances na disputa fechada, para somente 4, há de se considerar que das "prejudicadas", tão somente a recorrente manifestou insurgência e intenção de recurso, alegando referido prejuízo, talvez por ser a atual detentora do contrato e não se conformar com o fato de não ter obtido êxito na melhor classificação no presente certame.

Sendo assim, deve ser julgada improcedente a pretensão da recorrente em ver anulada as decisões subsequentes a etapa de lances, considerando que a administração não teria como influir na decisão de outras licitantes na ocasião dos lances, bem como certamente perderá a proposta mais vantajosa, além do que certamente virá a sofrer diversos danos, não só de ordem material, dado a repetição do presente processo, que é um procedimento custoso, e envolve diversos agentes públicos no procedimento, mas também perderá o seu tempo útil que poderia ser empregado em outras atividades, tudo em nome do princípio da eficiência, tão caro a administração pública.

#### 4. DOS PEDIDOS

Diante de todo o zelo e o empenho desta digníssima Pregoeira e sua Equipe de Apoio em guardar de forma absolutamente exemplar, o caráter isonômico do procedimento, respeitando os Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade Administrativa, e da Supremacia do Poder Público, requer-se a improcedência dos pedidos formulados pela empresa Recorrente, bem como seja MANTIDA a habilitação da Recorrida, por medida de inteira JUSTIÇA.

Termos em que,  
Espera deferimento.

Foz do Iguaçu, em 11 de outubro de 2021.

IGUASSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA  
CNPJ 07.394.613/0001-08

Helter de Oliveira  
Advogado  
OAB/PR 110.224

[Voltar](#) [Fechar](#)